

**A. I. N °** - 110120.0044/04-4  
**AUTUADO** - ALBERICO DA COSTA BRITO JÚNIOR  
**AUTUANTE** - VERA MARIA PIRES DA PURIFICAÇÃO  
**ORIGEM** - INFAZ BONOCÔ  
**INTERNET** - 06/05/2005

## 1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO JJF N° 0149-01/05

**EMENTA.** ICMS. CARTÃO DE CRÉDITO E/OU DÉBITO. SAÍDAS EM VALOR INFERIOR AO FORNECIDO PELA ADMINISTRADORA E INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES SEM DOCUMENTAÇÃO FISCAL. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. A apuração de saídas em valor inferior ao valor total fornecido por instituição financeira e/ou administradora de cartão de crédito enseja a presunção de que o sujeito passivo efetuou saídas de mercadorias tributadas sem pagamento do imposto devido. Autuado comprova descaber parte da exigência do tributo. Infração parcialmente subsistente. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 30/09/2004, exige ICMS no valor de R\$4.234,41, pela omissão de saída de mercadorias tributáveis, apurada por meio de levantamento de venda com pagamento em cartão de crédito/débito em valor inferior ao fornecido por Instituição Financeira e Administradora de Cartão de Crédito. Diferença apurada do confronto dos valores informados pelas administradoras de cartão de crédito/débito com os lançamentos na leitura Z do ECF em uso e livro de Saídas de Mercadorias do autuado, nos meses de janeiro a setembro, novembro e dezembro de 2003, e janeiro de 2004.

O autuado, às fls. 21/22, apresentou defesa alegando ser descabida a acusação fiscal, uma vez que revisando todos os comprovantes mensais dos cartões de créditos as diferenças apuradas, entre os totais dos cupons fiscais apresentados e os relatórios (extratos) de cartões de crédito solicitados e recebidos pela SEFAZ, são a favor da empresa. Argumentou que a referida operação não trouxe qualquer prejuízo ao Erário Público e que os documentos para o levantamento dos totais dos cartões de crédito são lícitos e verdadeiros. Apresentou demonstrativo do resultado mensal dos cartões de crédito: Visa, Hipercard e Credicard e os extratos dos citados cartões.

Requeru a improcedência do Auto de Infração.

A autuante, às fls. 28/31, informou que as várias operações de vendas efetuadas através de cartão de crédito foram lançadas no ECF como dinheiro, causando distorção no valor apurado da leitura Z do ECF e, que após análise dos dados apresentados pelo contribuinte concluiu que o valor devido fica reduzido para R\$1.434,65.

Cientificado da redução do valor do débito e do prazo de 10 (dez) dias para se manifestar, não consta questionamento do autuado.

## VOTO

Na presente ação fiscal foi exigido ICMS, por omissão de saídas de mercadorias apurada mediante levantamento de vendas com pagamento em cartão de crédito e débito em valor inferior ao fornecido pela administradora de cartão de crédito e instituição financeira.

Da análise das peças processuais constato que o § 4º do art. 4º da Lei nº 7.014/96, com alteração dada pela Lei nº 8.542/02, estabelece o seguinte:

*Art. 4º. Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no momento:*

*§ 4º. O fato de a escrituração indicar saldo credor de caixa, suprimentos a caixa não comprovados ou a manutenção, no passivo, de obrigações já pagas ou inexistentes, bem como a existência de entrada de mercadorias não contabilizadas ou de declaração de vendas pelo contribuinte em valores inferiores às informações fornecidas por instituições financeiras e administradoras de cartões de crédito, autorizam a presunção de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem pagamento do imposto, ressalvada ao contribuinte a prova da improcedência da presunção.*

O sujeito passivo argumentou não haver diferenças apresentando demonstrativos dos valores dos cartões de crédito e débito e de extratos das administradoras.

Ao prestar informação fiscal, a autuante constata que o defendente, por várias vezes, identificou no ECF operações realizadas através de cartão de crédito como sendo venda a dinheiro. Refez novo demonstrativo fazendo as devidas correções, resultando na redução do valor do débito para R\$1.434,65.

Desta maneira, comprovada parcialmente a infração imputada.

Voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, em decisão não unânime, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **110120.0044/04-4**, lavrado contra **ALBERICO DA COSTA BRITO JUNIOR**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$1.434,65**, acrescido da multa de 70%, prevista no art. 42, III da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 02 de maio de 2005.

CLARICE ANÍZIA MÁXIMO MOREIRA – PRESIDENTE/RELATORA

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA – JULGADOR

MARCELO MATTEDI E SILVA - JULGADOR

